

# CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS N.º 666/2020

"AQUISIÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS DAS MARCAS BARBER SURF, LOMA E ROBOGREEN, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTÍNUO"

(Proc. N.° 300.10.005/2020/929)

Entre:
Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público número 500.745.943, com sede no
Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, representado por Joana Micaela Salvador Baptista,
com
domicílio necessário no edifício Atrium, Rua Coro de Santo Amaro de Oeiras, nº 4-A, na
qualidade de Vereadora da Câmara Municipal, cujos poderes lhe são conferidos por delegação
de competências, nos termos do Despacho número 93/2020, de 31 de julho, adiante designado
como Município ou Primeiro Outorgante;
E,
Florestal - Máquinas e Equipamentos, Lda., com capital social de 165.850,54 Euros, com
sede na Rua das Camélias, n.º 67, Birre, 2750-001 Cascais, com os documentos depositados na
Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o número único de matrícula e pessoa
coletiva 501 505 806, representado no ato por Anthony Frederick Delmar Lindley, de
portador do certificado de residência permanente número
válido até emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com domicílio
profissional na sede da sua representada, na qualidade de Gerente, o qual tem poderes
confirmados, para outorgar o presente contrato, pela consulta on line, efetuada à certidão
permanente do registo comercial, cuja impressão se arquivo, adiante designada por Segunda
Outorgante ou Adjudicatária;
É celebrado o presente contrato de aquisição de peças para máquinas das marcas Barber Surf,
Loma e Robogreen, na modalidade de fornecimento contínuo, precedido do procedimento por
concurso público, nos termos dos artigos 16º nº 1 alínea c) e 20º nº 1 alínea b), do CCP,







autorizado através de despacho da Sra. Vereadora, Dra. Joana Baptista, datado de 6 de agosto de 2020, exarado na Informação N.º INT-CMO/2020/14543, com a adjudicação e minuta aprovadas nos termos do despacho da mesma entidade, datado de 6 de agosto de 2020, exarado na informação nº INT-CMO/2020/17117, no seguimento do disposto no artigo 96º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, que se rege pelas seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira

### Objeto

O presente contrato tem por objeto a aquisição de peças para máquinas das marcas barber surf, Loma e Robogreen, na modalidade de fornecimento contínuo, nas condições estabelecidas na sua Proposta, nas cláusulas do Caderno de Encargos e demais elementos escritos, desenhados e patenteados, documentos que, aqui, se dão por integralmente reproduzidos e que ficarão arquivados, constituindo parte integrante do presente contrato, de acordo com o previsto no artigo 96°, do Código dos Contratos Públicos.

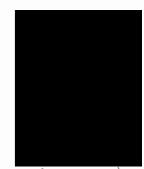
#### Cláusula Segunda

#### Prazo

- 1. O contrato para aquisição de peças para máquinas das marcas barber surf, Loma e Robogreen, na modalidade de fornecimento continuo, terá início após a outorga do contrato, mas nunca antes da cessação dos contratos n.º 122/2018 Proc. n.º 300.10.005/2017/1677 e Contrato n.º 102/2018 Proc. 300.10.005/2018/1752, e será vigente até 31 de dezembro de 2020 e até ao montante de 10.000,00€ (dez mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei.
- 2. No dia 1 de janeiro de 2021 (1.ª Renovação), o contrato renova-se, automaticamente pelo prazo de 12 (doze) meses e até ao montante de 20.000,00€ (vinte mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, caso não seja denunciado por qualquer das partes com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias por carta registada com aviso de receção.







- 3. No dia 1 de janeiro de 2022 (2.ª Renovação), o contrato renova-se, automaticamente pelo prazo de 12 (doze) meses e até ao 20.000,00€ (vinte mil euros) acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, caso não seja denunciado por qualquer das partes com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias por carta registada com aviso de receção.
- 4. No dia 1 de janeiro de 2023 (3.ª Renovação e última), o contrato renovar-se-á automaticamente vigorando até completar 36 (trinta e seis) meses após a data de outorga do contrato inicial e até ao montante de 10.000,00€ (dez mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, caso não seja denunciado por qualquer das partes com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias por carta registada com aviso de receção.
- 5. Na última eventual renovação do contrato (referida no número anterior), aquele cessará assim que atingir, primeiramente, uma das seguintes situações:
  - a) O montante de 10.000,00€ (dez mil euros); ou,
  - b) O ter decorrido o prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses após a data de outorga do contrato inicial; ou
  - c) O saldo remanescente do contrato seja notoriamente insuficiente para a satisfação das necessidades imediatas do Município.

#### Cláusula Terceira

Preço, cabimento orçamental e eficácia financeira

- O seu valor é de 60.000,00€ (sessenta mil euros), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.
- 2. As condições de pagamento do encargo total da prestação do serviço são fixadas de acordo com as regras estabelecidas no Caderno de Encargos.\_\_\_\_
- 3. O encargo resultante do presente contrato será integralmente satisfeito no ano de 2020, 2021, 2022 e 2023 pela dotação orçamental seguinte: classificação orgânica: 02, classificação económica: 020112, com o número sequencial de compromisso 1915007, emitido em 18 de setembro de 2020.\_\_\_\_





## Cláusula Quarta

Gestor do contrato

vestor do contrato
De modo a acompanhar permanentemente a execução contratual, é designado
como gestor deste contrato, nos termos do artigo
290°-A, do Código dos Contratos Públicos
Cláusula Quinta
Prevalência
1. Fazem parte integrante do contrato:
a) Os suprimentos dos erros e omissões, bem como os esclarecimentos e as retificações relativos
ao Caderno de Encargos;
b) O Caderno de Encargos, a proposta adjudicada e os esclarecimentos sobre a mesma prestados
pelo adjudicatário.
2 . Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº. 1, a prevalência é determinada
pela ordem pela qual são indicadas nesse número
3. Quando a divergência se reportar entre os documentos referidos no nº 1 e o clausulado do
Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos e aceites pelo
adjudicatário, de acordo com o disposto no artigo 99° e 101°, do mencionado Código dos
Contratos Públicos.
Cláusula Sexta
Foro Competente
Para todas as questões emergentes do contrato será competente o tribunal administrativo e fiscal
de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro
Arquivo os seguintes documentos, válidos à data do contrato:
a) Impressão da certidão permanente do registo comercial, obtida via internet em
www.portaldaempresa.pt, através do código de acesso subscrita em 15 de
novembro de 2013 e válida até 15 de novembro de 2020;







b) Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta a 10 de julho de
2020, com a validade de 4 meses, comprovativa da situação contributiva regularizada perante a
Segurança Social;
c) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Cascais-1, a 9 de setembro de 2020, com a
validade de 3 meses, comprovativa da situação tributária regularizada;
E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar que vai ser assinado por ambos
os outorgantes, por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94.º, n.º1
do Código dos Contratos Públicos, e por mim,
de Oficial Pública Substituta, nomeada por despacho n.º 54/2018 do Presidente da Câmara
Municipal, em 22 de maio, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 35º do Regime
Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que o fiz
escrever e também assino
Paços do Concelho, 25 de setembro de 2020
1°. Outorgante 2°. Outorgante
A Oficial Pública Substituta







Reconheço a assinatura anexa de Anthony Frederick Delmar Lindley, titular do cartão de residente n.º

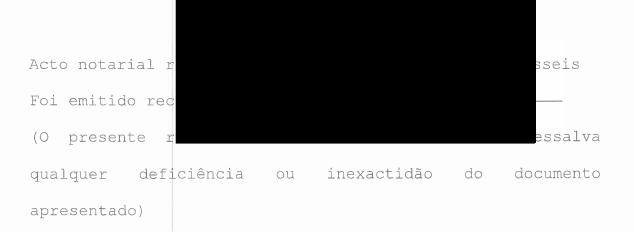
emitido a emitido pela República Portuguesa, presente ao acto, cuja identidade verifiquei pela exibição do referido documento, que intervém na qualidade de gerente em representação da sociedade por quotas com a firma Florestal - Máquinas e Equipamentos LDA., qualidade e poderes invocados por certidão permanente com o código e RCBE que consultei.

Cascais, trinta de setembro de dois mil e vinte

A colaboradora Sandra Courela, inscrita na ON sob o n°.

3/35, no uso da autorização do notário publicitada em

02/02/2018 no sítio da Ordem dos Notários.



Luis Alvim Pinheiro Belchior